

## ÍNDICE

### A AÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS E DOS DEMAIS TRIBUNAIS NA GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO APÓS 1976

<i>Pedro Trovão do Rosário</i>	9
1. A ação do Tribunal Constitucional Português e dos demais Tribunais na garantia da Constituição após 1976	9
2. A fiscalização preventiva da constitucionalidade	13
3. Fiscalização da sucessiva abstrata da constitucionalidade	14
4. A Fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade	16
5. Fiscalização da inconstitucionalidade por omissão	26

### UMA ANÁLISE DA VIABILIDADE DO RECURSO DE AMPARO CONSTITUCIONAL PARA DEFESA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL E EM PORTUGAL

<i>Diego Gomes Alves</i>	29
Introdução	29
1. Conceituação e aspectos cardeais do recurso de amparo constitucional	33
1.1. Subsidiariedade	40
1.2. Conteúdo	46
1.3. Natureza dos atos atacáveis por recurso de amparo constitucional	50
1.4. Legitimidade, forma, prazos, procedimento e efeitos	53

2. Uma apreciação da tentativa de inclusão do recurso de amparo constitucional na realidade jurídica portuguesa	63
2.1. Os argumentos adversos ao acolhimento do recurso de amparo constitucional em Portugal	69
2.2. Os contrapontos às críticas ofertadas contra a implantação do recurso de amparo constitucional em Portugal	76
2.3. A perspectiva do Tribunal Constitucional português a respeito do assunto e uma sugestão crítico-opinativa para adesão do recurso de amparo constitucional à sistemática processual portuguesa	89
3. Estudo comparativo entre as ferramentas processuais de salvaguarda de direitos fundamentais no Brasil e o recurso constitucional de amparo	108
3.1. Mandado de Segurança	109
3.2. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	117
3.3. Recurso extraordinário	123
Conclusão	127

A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DAS CRISES  
ECONÓMICO-FINANCEIRAS: TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
E DIREITOS SOCIAIS

<i>Gisela Pimenta Gadelha</i>	131
Introdução	131
Capítulo 1 – A Constituição e o Tribunal Constitucional no Estado Democrático	134
1.1. O Ideal Constitucional Moderno	134
1.2. Justiça e Jurisdição Constitucional	140
1.3. Tribunal Constitucional Português	146
1.4. Supremo Tribunal Federal	150
Capítulo 2 – Controle de constitucionalidade abstrato e sucessivo	151
2.1. Evolução Histórica	153
2.2. Sistema Atual de Fiscalização em Portugal	159
2.3. Estudo Comparado no Direito Brasileiro	167
2.4. Interpretação Constitucional e a Mutação Constitucional	172
2.5. Princípio da Separação de Poderes e o Ativismo Judicial	177
Capítulo 3 – Estado de Exceção	184
3.1. Os Sistemas de Controle de Crises	184

3.2. Estado de Exceção no Brasil e em Portugal	192
Capítulo 4 – Direitos Sociais e Segurança Jurídica	200
4.1. Direitos sociais na Constituição da República Portuguesa	205
4.2. Direitos sociais no Direito Brasileiro	216
4.3. Limites à restrição dos direitos sociais	220
4.3.1. Ponderação de direitos e interesses	222
4.3.2. Princípio da Proporcionalidade	226
4.3.3. Princípio de Vedação ao Retrocesso Social	230
4.3.4. Princípio da Proteção à Confiança	241
4.3.5. Princípio da Igualdade	249
Capítulo 5 – Jurisprudência da crise	251
5.1. Jurisprudência da Crise em Portugal	251
5.2. Estudo Comparado com o Direito Brasileiro	263
Conclusão	269
Bibliografia	276
Fontes Documentais	287
Fontes Jurisprudenciais	288